

# A COMUNICAÇÃO ENTRE PESSOAS SURDAS E OUVINTES PARA ALÉM DAS QUESTÕES LINGUÍSTICAS

## Silvia Andreis-Witkoski

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2011) com pós-doutorado (2012) também em Educação pela UFPR. Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) de Curitiba dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET). Atua também como orientadora do Mestrado Acadêmico em Educação, com foco de pesquisa em Educação Bilíngue de surdos. Durante a sua trajetória escreveu vários artigos e livros na área de educação de surdos, como: *Recortes do cotidiano: ser surda no mundo ouvinte* (2025), *Introdução à Libras: Língua, história e cultura* (2015), *Educação de surdos e preconceito* (2012) e *Educação de surdos, pelos próprios surdos: uma questão de direitos* (2012). Nas artes, Sílvia é autora e ilustradora de livros para crianças, entre os quais destaca: *O lobo sumiu* (2023), *As aventuras de Aninha no parque* (2023), *Natal em Natal* (2022), *A ararinha e o quati* (2021), entre outros.

## RESUMO

Com frequência pessoas ouvintes sentem-se inseguras ao se comunicarem com surdas por não saberem como proceder e, comumente, têm uma visão essencialista em relação a esses sujeitos, supondo serem todos iguais. Tal concepção alberga preconceitos em reação às pessoas surdas e à Língua de Sinais. No presente artigo, busca-se desconstruir a perspectiva binária de ser normal, segundo as primeiras se intitulam, enquanto as segundas seriam anormais, deficientes, usuárias, dentro dessa abordagem, de uma mera linguagem. A partir dessa mudança de paradigma, apresentam-se, na sequência, diferentes perfis de pessoas surdas, relacionando quais as estratégias devem ser utilizadas ao se comunicar com cada um desses perfis.

**Palavras-chave:** Surdos; educação; comunicação; Libras; preconceito.

## ABSTRACT

Hearing people often feel insecure when communicating with deaf people because they don't know how to proceed. They often hold an essentialist view of these individuals, assuming they are all the same. This conception harbors prejudices against deaf people and sign language. This article seeks to deconstruct the binary perspective of normality, as the former are called, while the latter are considered abnormal, deficient, and, within this approach, users of a mere language. Based on this paradigm shift, the following presents different profiles of deaf people, listing the strategies that should be used when communicating with each of these profiles.

**Palavras-chave:** Deaf; education; communication; Libras; prejudice.

## **INTRODUÇÃO**

Ainda é imensa a invisibilidade das pessoas surdas em nossa sociedade. É bastante usual os ouvintes, quando em contato com elas, não saberem como se comunicar, apresentando comportamentos derivantes dessa ausência de conhecimento, que vão desde a evitação de contato a um visível constrangimento perante os surdos, por não saberem como se comportarem.

Parece ainda vigorar uma visão essencialista de que todos os sujeitos surdos seriam iguais, o que desvia absolutamente da realidade da multiplicidade de perfis que constituem os surdos. Desta feita, faz-se fundamental conhecer suas singularidades, a fim de que os ouvintes saibam como se comunicar com eles.

Assim, o objetivo do presente texto é justamente apresentar alguns dos diferentes perfis de sujeitos surdos, com os quais, em situações formais ou informais, a pessoa ouvinte, provavelmente, há de ter contato e, ao identificar suas características, saber como proceder, a partir das estratégias de comunicação que serão apresentadas no decorrer do presente artigo.

## **SOBRE A LÍNGUA DE SINAIS E OS SUJEITOS SURDOS**

É interessante iniciar a discussão sobre quem são os sujeitos surdos, começando por desconstruir alguns mitos acerca desses e da Língua de Sinais, pois tal desconhecimento, além de perpetuar a ignorância, repercute diretamente na forma como são perspectivados, o que interfere no tipo de relação estabelecida com eles pelos ouvintes.

Assim, a primeira revisão a ser realizada constitui-se em relação à terminologia utilizada para se referir a esses sujeitos, porque, ainda se usam termos pejorativos como surdo-mudo ou mudinho.

Nesse sentido, enfatiza-se que a opção por essas terminologias, além do caráter preconceituoso, implica ausência de conhecimento, na medida em que a surdez não afeta o aparelho fonador e, por isso, não inviabiliza a possibilidade de falarem a língua oral. O que de fato ocorre é que, quando a criança nasce com surdez pré-linguística, o seu processo de aprendizagem

acontece de forma artificial, por meio da terapia da fala. Isso porque, como ela não acessa a mensagem por meio da audição os sons, toda a construção da oralidade ocorre por meio de treinamento da fala, de modo que irá aprender, por exemplo, os encontros vocálicos, via percepção visual do movimento articulatório da boca e da vibração das cordas vocais; no caso de não se tratar de uma criança com surdez profunda, esse processo realiza-se conjuntamente ao aproveitamento de resíduos auditivos, que são otimizados via aparelhos de amplificação sonora como as próteses auditivas.

Por essa razão, obviamente, esse é um processo, além de deveras demorado, extremamente complexo, o que repercute no fato de que, apesar de muitas crianças dedicarem-se anos ao processo de aprendizagem da fala oral, ainda assim uma parcela significativa não consegue adquirir uma oralidade compreendida por pessoas que não estejam acostumadas a conviver com pessoas surdas. Assim,

[...] mesmo quando aprende a falar a língua portuguesa, o surdo continua a não ser aceito na comunidade ouvinte, sendo identificado como deficiente, em função do que muitos referem de “o jeito surdo” de falar, em referência à fala truncada, à diferença na pronúncia ou na clareza articulatória das palavras (ANDREIS-WITKOSKI, 2009, p. 566).

Reitera-se que o fato de um indivíduo nascer surdo não está associado à mudez, tendo em vista que não há correlação entre a ausência de audição e a de voz. O que ocorre é que, conforme mencionado, o processo de treinamento da fala é moroso, complexo, e nem sempre, apesar dos enormes esforços dispendidos, leva a pessoa surda a atingir uma oralidade funcional plenamente compreendida pelo outro, a qual ainda acaba sofrendo preconceito por sua fala oral “destoar” da dos ouvintes, por apresentar o que intitulam como “o jeito surdo” de falar.

Apenas com o intuito de reiterar a capacidade funcional do aparelho fonador, independentemente da surdez, é comum observar pessoas que nas-

ceram surdas, e que não passaram pelos processos de terapia da fala, vocalizando sons, usualmente de forma mais presente, em especial em situações em que estão envoltas em maior emoção, como quando estão nervosas ou eufóricas. Quem já teve contato com esse perfil de surdos, certamente já deve ter ouvido sons como risadas, gritos e grunhidos; contudo, talvez não entendesse a razão pela qual são apenas vocalizados alguns sons, sem que se constituam em palavras compreensíveis auditivamente.

É importante mencionar que, além do preconceito que existe em relação “ao jeito surdo de falar, existe uma naturalização de que a única modalidade de comunicação legítima é a oral, de modo que os que não oralizam, independentemente de se comunicarem por meio da Língua de Sinais, língua de modalidade visual-espacial, ainda assim são denominados surdos-mudos por uma parcela significativa da sociedade, tendo em vista que a perspectivam como uma mera linguagem. Nesse sentido, conforme apontado por Quadros e Karnopp (2007), vigoram-se mitos de que seria uma simples mistura de pantomima e gesticulação concreta, constituindo-se em um sistema superficial de comunicação inferior ao oral, por serem incapaz de expressar conceitos abstratos.

Desta feita, evidencia-se que o fator preponderante para se qualificar as línguas tem como primeiro critério avaliativo a modalidade utilizada. Isso explicita que as Línguas de Sinais, tal qual os seus usuários, continuam a ser perspectivados como inferiores, o que respalda essa hierarquização que impõe uma suposta superioridade das línguas orais em relação às sinalizadas (ANDREIS-WITKOSKI, 2025, p. 3).

Assim ignora-se, conforme argumentado por Saussure, citando Whitney (*apud* QUADROS; KARNOOP, 2007, p. 30), ao discutir a característica articulatório-perceptual das Línguas de Sinais, que:

[...] considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, é por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido o gesto e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas.

Dessa forma, reitera-se que a questão da modalidade de uma língua não é o fator relevante para avaliar-se o *status* linguístico, em razão de que, conforme Saussure (apud QUADROS; KARNOOP, 2007, p. 30) “a língua é uma convenção e a natureza do signo convencional é indiferente. A questão do aparelho vocal se revela, pois, secundário no problema da linguagem”.

Entretanto, é inegável que ainda se questiona o *status* linguístico das línguas de modalidade visual-espacial, apesar de, por exemplo, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ser reconhecida na legislação brasileira, por meio da Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, como “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

Entende-se que essa hierarquização das línguas, a partir de sua modalidade que ainda vigora em nossa sociedade, está associada ao fato de os seus usuários, historicamente, serem perspectivados como sujeitos inferiores, vigorando a construção da invenção da normalidade, segundo a qual os ouvintes são considerados os normais, enquanto os surdos são os anormais.

Infelizmente essa perspectiva binária de ser, dividindo o ser humano entre normal e anormal, perpetua-se de modo que os sujeitos que simplesmente não têm o sentido da audição funcional são entendidos como anormais, deficientes que precisam ser consertados para aproximarem-se do modelo supostamente perfeito atribuído aos ouvintes, intitulados como os normais.

Observa-se que este enclausuramento dos surdos a uma posição subalterna em relação aos que não têm a privação da audição correlaciona-se à visão Aristotélica, segundo o qual “[...] de todas as sensações é a audição que mais contribui para a inteligência e o conhecimento, [...] portanto, os nascidos surdos se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão” (VELOSO; MAIA FILHO, 2011, p. 28). Tal associação à suposta incapacidade de pensar dos surdos perpetuou-se ao longo dos anos, sendo que ainda hoje é possível vislumbrar certa desconfiança em relação à capacidade intelectual desses sujeitos em seu cotidiano, como se precisassem serem sempre tutelados.

A exemplo da permanente descrença em relação à capacidade dos surdos, mesmo quando ocupam o mesmo espaço, como de formação de pessoas ouvintes, cita-se uma situação ocorrida com a pesquisadora Andreis-Witkoski, primeira pós-doutora surda do Brasil, durante seu processo de doutoramento, abaixo relatada:

[...] no segundo semestre de 2009, em que recebi um e-mail [...] solicitando o agendamento de uma reunião para conversar sobre o programa INCLUIR [Programa de Acessibilidade na Educação Superior], no qual autorizei o uso do meu nome como beneficiária, na medida em que no meu curso de doutorado em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR) fazia uso de intérprete da Libras, durante as aulas. Casualmente, [...] encontrei, no dia anterior ao qual estava agendada a reunião comigo, a pessoa que enviou o e-mail e solicitei maiores informações sobre a pauta a ser tratada. Fui então informada que esta se destinava apenas para que a pessoa, com a mediação da intérprete, pudesse ler junto comigo as informações anexadas na mensagem enviada do que é o programa INCLUIR, explicando-as. Óbvio que informei que não haveria necessidade da realização da mesma visto que já as tinha lido e eram perfeitamente claras (ANDREIS-WITKOSKI, 2011, p. 25-26).

A situação referida explicita o quanto os sujeitos surdos são estigmatizados, em situações absurdas como a de se questionar a habilidade de leitura e compreensão de uma acadêmica em um curso de doutorado, apenas por pertencer a esse grupo de sujeitos e ser usuária da Língua de Sinais. Obviamente, tais preconceitos precisam ser desconstruídos, pois assim como constituem o cerne de ter possibilitado parecer coerente marcar uma reunião para ler junto as informações sobre um programa no qual a própria havia autorizado usar seu nome, a fim de garantir a possibilidade de ter acessibilidade linguística via intérprete de Língua de Sinais durante as aulas de seu doutoramento, igualmente circunstâncias com o mesmo teor de preconceito ocorrem no cotidiano desses sujeitos.

Desse modo, além do reconhecimento do *status* linguístico da Libras, deve-se desconstruir a perspectiva capacitista que encara os surdos como incapazes de produzir algo de valor, o que se constitui em preconceito e opressão, fenômenos sociais que representam “[...] desumanização do corpo com deficiência, se possui um rótulo de ineficiente, [...]” (MARCO, 2020, p. 18). Portanto, é fundamental a mudança de paradigma, visto que nenhum diálogo pode se estabelecer de forma plena quando um indivíduo ouvinte considera-se superior em relação ao surdo.

Retomando a questão da visão essencialista da surdez, além de romper com a visão de que essa repercute em algum tipo de incapacidade ou suposta inferioridade das Línguas de Sinais, também é importante entender que existem diferentes tipos de perfis de surdos, que variam de acordo com o grau e tipo de surdez, a história de vida desses sujeitos, entre outros fatores.

Assim, ressalta-se que crianças surdas cujos pais são surdos adquirirão a Língua de Sinais como primeira língua, a língua materna, na medida que, no caso de seus pais serem sinalizantes, aprendem-na de forma natural na interação familiar. Uma parcela dessas crianças pode também vir a frequentar a terapia da fala para desenvolver a oralidade. Entretanto, sua língua materna é a de modalidade visual-espacial. Dessa maneira, tais crianças podem ser usuárias apenas da Língua de Sinais, como também ser falantes da língua oral de seu país.



O ponto fundamental em relação a esse perfil de crianças é que, ao lhes ser possibilitado o acesso a Língua de Sinais desde a tenra idade, em um ambiente linguístico plenamente compartilhado, é favorecido o desenvolvimento pleno dessa língua, com todos os benefícios correlacionados ao fato de crescer comunicando-se fluentemente por meio da língua na modalidade visual-espacial. Tal desenvolvimento é similar ao que se dá com crianças ouvintes imersas em um ambiente sonoro com acesso pleno a sua língua de modalidade oral.

Contudo, deve-se destacar que nem todos os surdos têm acesso à Língua de Sinais e, por isso, não são sinalizantes. Um dos fatores que explica esse fato é que mais de 90% das crianças que nascem surdas são provenientes de famílias ouvintes, as quais, em sua grande maioria, ao serem surpreendidas pelo diagnóstico de surdez de sua prole, tendem a optar somente pela oralização, que também é usualmente a indicada, ainda majoritariamente, pela área médica. Muitos profissionais, além de apenas orientarem no sentido de a família optar pela oralização, por meio da terapia da fala e treinamento da leitura labial, também se restringem a estimular o uso de tecnologias corretivas, desestimulando o contato com outros surdos e a aprendizagem da Língua de Sinais.

Em decorrência disso, é comum que muitas crianças não tenham acesso à Língua de Sinais, crescendo sem contato com usuários dessa língua e submetidas apenas ao processo de oralização. É importante destacar que a qualidade da fala alcançada por elas varia bastante, que é avaliada de acordo com a compreensão por pessoas que não estão acostumadas a se comunicar com surdos. Desse modo, uma parcela consegue adquirir uma oralidade plenamente compreendida por qualquer ouvinte; outros, como já referido, apenas por pessoas com as quais já se comunica; alguns surdos não conseguem fazer-se entender oralmente independentemente do seu interlocutor.

Destaca-se, inclusive, que muitos desses surdos, os quais, em sua infância, são privados do acesso à Língua de Sinais, posteriormente, em geral no período da adolescência, acabam entrando em contato com surdos sinalizantes e descobrem a possibilidade de se comunicar por meio de uma língua visual,

aprendendo-a rapidamente na comunidade surda e de forma natural, por não terem impedimento sensorial. Assim passam a ter a possibilidade de escolher a comunicação em Libras, além da Língua Portuguesa, de acordo com a fluência adquirida via terapia da fala.

É interessante ressaltar que, para a maioria dos surdos que passaram pela oralização e, no decorrer da vida, descobriram e aprenderam a Língua de Sinais entre seus pares, trata-se de um processo que representa um “renascer”, visto que a língua visual é considerada por eles como a forma plena de se comunicar. Inclusive, é a sua língua de conforto, de modo que passam a utilizá-la majoritariamente, mesmo os que conseguiram adquirir uma oralidade plenamente compreendida pelos ouvintes.

Outro perfil de surdos é daqueles que nasceram ouvintes, mas que, em uma fase da vida, enfrentaram alguma situação que os levaram ao ensurdecimento. Obviamente, a perda parcial ou total da audição não implica subtração da habilidade da fala desenvolvida até o período em que foram acometidos pelo processo de ensurdecimento. Assim, esses podem manter a oralidade como forma de comunicação; muitos deles, inclusive, ao entrarem em contato com a comunidade surda, aprendem a Língua de Sinais, tornando-se falantes de ambas as modalidades, isto é, a oral e a visual-espacial.

Entretanto, destaca-se que a maioria dos que passam por um processo de ensurdecimento, principalmente se for em idade adulta, tende apenas a utilizar próteses auditivas, para otimizar um aproveitamento dos resíduos auditivos ainda preservados, ou se submetem à cirurgia de implante coclear, a fim de tentar manter o acesso a informações e comunicação via sonoridade. Essas tecnologias também são amplamente utilizadas pelos que nascem surdos, porque, conforme referido, tende a ser a orientação médica dada à família no momento em que lhe é informado o diagnóstico da surdez.

Nessa perspectiva, é importante mencionar que existem diferentes níveis e tipos de perdas auditivas que interferem diretamente na comunicação a ser estabelecida com esses sujeitos via oralidade, tendo em vista, principal-

mente, que a funcionalidade das próteses auditivas é correlacionada, em especial, a esses dois fatores.

Desse modo observa-se que, conforme a classificação apresentada por Davis e Silvermann (*apud* CORRÊA, 2012, p. 36), é considerado que uma pessoa tem perda de audição leve quando a perda é de 26 a 40 Db; moderada, de 41 a 70 dB; severa, de 71 a 90 dB; e profunda, a partir de 91 Db. Também há diferentes tipos de perda auditiva, considerando-se que:

A perda auditiva de condução – é causada por danos no ouvido externo médio. A perda auditiva sensorial – é causada por danos no ouvido interno, ou seja, na cóclea, no nervo auditivo ou nos centros auditivos do cérebro. A perda auditiva mista – é causada por perdas de condução juntamente com perda sensorineural. A perda auditiva central – é causada por lesão no tronco cerebral e/ou cortical (CORRÊA, 2012, p. 38).

Conforme mencionado, o tipo e o nível de surdez constituem-se como fatores importantes para a funcionalidade das próteses auditivas em relação à possibilidade de se comunicar via oralidade, porque quanto menor a perda, maior a sua funcionalidade, especialmente se for uma perda condutiva, visto que esse aparelho de amplificação sonora individual facilitará a chegada do som ao ouvido externo. Contudo, quanto maior a perda, menor a funcionalidade das próteses, principalmente quando se trata de uma perda mista, pois a questão não se restringe à chegada do som ao ouvido externo, mas a sua compreensão, tendo em vista que, por haver, nesse caso, uma perda neurosensorial, há um dano também no ouvido interno, o qual é responsável pela codificação do som.

Reitera-se, como referido, que existem diferentes perfis de surdos, sendo que alguns se comunicam somente por meio da Língua de Sinais, outros por meio da Língua de Sinais e também da língua oral, enquanto também há os que utilizam apenas a oralidade, sendo importante destacar que a habili-

dade articulatória dessa varia e, por conseguinte, também a compreensão de sua fala pelos ouvintes.

Deve-se considerar, inclusive, que a variação na fluência dos sujeitos surdos em relação à oralidade da língua portuguesa também está presente no domínio da sua habilidade de leitura e escrita. Nesse sentido, observa-se que o processo de letramento de crianças que nascem com surdez pré-linguística não ocorre a partir da mesma lógica fonocêntrica que a utilizada com crianças ouvintes, mas sim por meio da visualidade. Dessa forma, o seu processo ideal de aprendizagem precisa envolver uma metodologia de segunda língua, perspectivando que sua primeira língua deve ser a Língua de Sinais, consoante previsto na legislação brasileira, no Decreto n.º 5.626/ 2005, que prevê o direito desses sujeitos a uma educação bilíngue, isto é: Libras como primeira língua e o português, na modalidade escrita, como segunda (BRASIL, 2005).

Entretanto, vale ressaltar que, apesar de estar previsto na legislação, no que se refere ao direito à educação bilíngue, parece, como afirma Quadros (2024, p. 22) “haver um descompasso entre os avanços e a implementação, de fato de uma educação bilíngue”. Assim, infelizmente, em razão de a grande maioria das crianças surdas não terem acesso a uma real educação bilíngue de qualidade que contemple suas singularidades de aprendizagem, tal fragilidade em seu processo de letramento, obviamente repercute no domínio que adquirem do português escrito. Assim, em relação à habilidade de leitura e escrita da língua oral, há variação de perfis de surdos, desde os que dominam ambas as habilidades (de leitura e escrita) plenamente, aos que são considerados iletrados funcionais, até os que não são letrados.

Reitera-se que essa variação em relação ao domínio do português escrito ocorre por causa da inadequação das metodologias de ensino utilizadas, que não contemplam as singularidades de aprendizagem que passam obrigatoriamente pela visualidade, na medida em que crianças ouvintes associam as letras aos sons, enquanto as surdas aprendem por meio da visualidade. Assim:

[...] no caso de leitores surdos, a rota fonológica (letra-som/sílaba) é totalmente suprimida pela impossibilidade de ouvir os sons da fala, e os primeiros contatos com o texto escrito percorrem a rota visual direta, inicialmente baseada na percepção sincrética de um todo complexo, caótico e indistinto (as palavras do texto), formado por imagens visuais [...] (FERNANDES, 2024, p. 56).

Ainda sobre visões distorcidas que usualmente são perspectivadas em relação às pessoas surdas, existe no senso comum a crença de que todas elas fazem leitura labial e conseguem entender seu interlocutor somente por meio da visualidade da articulação das palavras. Isso incorre, no mínimo, em dois equívocos. O primeiro é que não é fato que todas as pessoas surdas sabem fazê-la. Nesse sentido, observa-se que muitas não desenvolveram essa habilidade e, mesmo entre as que a desenvolveram, existe uma variação na capacidade de entendimento de acordo com a habilidade individual de cada sujeito.

O segundo equívoco está em considerar que o processo de leitura labial em si constitui em algo preciso, o que é um mito, na medida em que, conforme aponta Sacks (1998, p. 82), a “leitura labial não é apenas uma habilidade visual – 75% dela é uma espécie de adivinhação inspirada ou conclusão por hipótese, dependendo do uso de pistas encontradas no contexto”. Nesse sentido, vislumbra-se que a leitura labial é hiperestimada, sendo absolutamente incongruente acreditar que somente via esse processo é que o sujeito surdo terá pleno acesso às informações orais.

## **ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COM PESSOAS SURDAS**

Além da necessidade de desconstruir os preconceitos em relação aos sujeitos surdos e à Língua de Sinais, inclusive a visão essencialista de que esses seriam todos iguais, no decorrer do texto explicitou-se a existência de diferentes perfis de surdos. Assim, discorreu-se sobre algumas características linguísticas, apontando que há os que são usuários apenas da Língua de Sinais, como os que, além de se comunicarem por meio dela, utilizam modalidade

oral, e também os que não sinalizam e se comunicam somente por meio da língua portuguesa. Nessa perspectiva, constata-se que há uma variação em relação ao quanto são compreendidos pelos ouvintes ao utilizarem a oralidade. Observa-se também a questão de que o domínio desses sujeitos em relação ao português escrito varia entre a plena fluência a ausência de letramento.

Entretanto, uma característica que marca todos os sujeitos surdos constitui-se no fato de que a visualidade ocupa papel predominante em suas vidas. Assim, a forma de interagirem e se relacionarem com o mundo passa intensamente pelo canal visual. Destaca-se, ainda, que os ouvintes também fazem uso da percepção visual, contudo, para esses sujeitos, por estarem imersos em um universo sonoro, na medida em que têm preservado o sentido auditivo, a forma de comunicação e percepção de seu entorno dá-se, prioritariamente, por meio da sonoridade.

Ao considerar que para os surdos a visualidade constitui-se como o canal basilar para interagir com o mundo, isso implica dizer que, qualquer que seja o perfil do surdo, há uma estratégia de comunicação, a qual deve ser contemplada a fim de otimizá-la. Nesse sentido observa-se, por exemplo, que independentemente da modalidade de língua utilizada, o ouvinte sempre deve priorizar o contato frontal com o sujeito surdo, porque assim ficará em seu campo de visão e será mais fácil para esse acompanhar sua fala oral ou sinalizada, bem como suas expressões faciais e corporais demonstradas durante a conversação.

Dessa maneira, ao encontrar uma pessoa surda, a primeira preocupação deve ser a de manter o contato frontal e buscar identificar qual é o perfil dessa pessoa, que é fácil perceber ao atentar-se para os sinais dados pelo próprio sujeito. Isto é: se, ao encontrá-lo, ele fizer uso da língua oral para se comunicar, significa que, a menos que ele informe que gostaria de optar por falar em Língua de Sinais, a comunicação será por meio da língua oral. Então, deve-se observar se ele é usuário de próteses auditivas ou não. Caso não seja, significa, provavelmente, que ele estará utilizando apenas a leitura labial como estratégia de compreensão da fala de seu interlocutor.

Diante desse perfil de surdos, é importante manter o contato frontal direto, de forma que a pessoa surda possa acompanhar sua fala por meio da articulação visual das palavras pronunciadas, evitando gesticular durante a conversação, não colocando as mãos frente à boca, de modo que sua fala se torne invisível, já que a pessoa surda está acessando-a visualmente e não auditivamente.

Nessa mesma lógica é fundamental também evitar virar a cabeça, o que resulta em perda frontal do campo visual do surdo, movimento comumente praticado pelos ouvintes, principalmente quando vão responder a alguma questão sobre localização espacial, por exemplo, se for perguntado onde é o banheiro. Diante dessa situação, o ouvinte tende a se virar, apontando para a direção do trajeto que deve ser feito e continuando a dar o restante das informações com a cabeça na direção do trajeto indicado. O certo é apenas apontar para o lado que a pessoa deve seguir, enquanto explica o trajeto que deverá seguir, mantendo o contato frontal com a pessoa surda.

Outro cuidado importante ao utilizar a fala oral como comunicação com esse perfil de surdos é tentar articular bem as palavras de forma que se torne visível a sua pronúncia. Não se faz necessário falar em um ritmo lento, muito menos soletrando; contudo, deve-se evitar também acelerá-la, o que é usual as pessoas fazerem, principalmente quando estão eufóricas ou com pressa. Também, diante do não entendimento, não há necessidade de se constranger, bastando repetir a informação. No caso de persistir a falta de compreensão, sugere-se utilizar sinônimos, pois provavelmente a pessoa surda está seguindo uma rota de contexto divergente do conteúdo de seu interlocutor.

Com o intuito de esclarecer esse processo, a autora deste artigo, que é surda, narra uma situação ocorrida, na qual, apesar de ter solicitado três vezes à ouvinte para repetir a fala, ainda assim não conseguia compreendê-la. E por quê? Porque, ao encontrar a secretária do departamento, em direção ao corredor em que trabalha, a jovem, que tem uma fala inaudível para esta autora, disse: “Professora, eu vou para [e uma palavra que não era possível entender]. Na terceira vez que esta autora solicitou a repetição da informação, dian-

te do não entendimento, a jovem optou por falar: “Professora, eu vou comer.” Nesse momento, a palavra que a autora não conseguia captar visualmente foi decodificada, ao perceber que estava buscando um contexto diferente; isto é: quando a secretária disse que estava indo “para”, na sua lógica contextual pensou que ela estava indo a algum lugar, por exemplo, para o laboratório, para a aula, para a casa. No entanto, nenhuma dessas hipóteses combinavam com a palavra percebida pela articulação em seus lábios. Foi só quando ela informou que iria comer é que foi possível vislumbrar que a palavra, até então não entendida, era “intervalo”. O que a jovem havia dito era: “Professora eu vou para o intervalo.” Assim, em sua associação contextual que estava tentando traçar a algum lugar, utilizava-se uma rota divergente, pois “intervalo” não é um lugar, mas, sim, um intervalo de tempo.

Para otimizar a compreensão também nessas situações, faz-se importante a pessoa ouvinte tentar ser o mais expressiva possível, de modo que suas expressões combinem com o teor do conteúdo falado. É fundamental estar atenta sempre que as informações estão sendo captadas por meio visual. Assim, igualmente jamais deve-se fazer uso de uma variação de tom de voz impregnando sentido, o que é típico em conversação entre ouvintes, quando, por exemplo, empregam um tom diferenciado atribuído à fala, no sentido de sarcasmo ou ironia. Com pessoas surdas, jamais se faz esse uso, visto que mensagens subliminares acopladas à voz não podem ser percebidas por elas.

Em contato com perfil de surdos que se comunicam por meio da língua oral e fazem uso de próteses auditivas, a pessoa ouvinte precisa desconsiderar a perspectiva existente no senso comum de que o fato de fazer uso desses dispositivos significa que entendem tudo o que é falado. Deve-se considerar, conforme referido anteriormente, que a funcionalidade dessas ferramentas varia de acordo com o grau e o tipo de perda auditiva. Por isso, também junto a esses sujeitos, faz-se importante manter o contato frontal e todas as orientações explicitadas anteriormente para a comunicação com surdos que não fazem o uso de aparelhos.



Nesse sentido, reitera-se que o contato frontal ajudará surdo com esse perfil, para que consiga um acesso maior auditivamente da voz de seu interlocutor, o que, de acordo com o seu nível de perda auditiva, contribuirá para a compreensão de sua fala, ao associar o que seu resíduo auditivo permite ouvir com a leitura labial das palavras articuladas. A importância de manter a frontalidade ainda é maior se a surdez for mista, pois a perda neurossensorial prejudica o processo de codificação do som; logo, a possibilidade de leitura labial torna-se ainda mais importante para o entendimento da fala.

Vale destacar um outro fator que interfere na funcionalidade das próteses auditivas: os ruídos ambientais. Esses dispositivos são amplificadores individuais sonoros, de modo a apresentarem uma tecnologia ajustável a fim de otimizar os resíduos auditivos que a pessoa surda tem preservado. Ambientes ruidosos, como *shoppings*, tendem a torná-los pouco funcionais, pois o excesso de sons ambientais, concomitantes ao de falantes, prejudicam a percepção da fala de seu interlocutor, na medida em que a voz desse se mistura com as demais, bem como com os ruídos do ambiente. Por isso, sugere-se, sempre que possível, evitar ambientes muito ruidosos, ou pelo menos optar por horários que tendem a apresentar sonoridade menos intensa. Ainda, se houver possibilidade de agendamento prévio, o ideal é combinarem de conversar em lugares mais silenciosos e menos ruidosos.

Já quando o perfil do surdo é usuário apenas da Língua de Sinais, faz-se fundamental que o ouvinte saiba se comunicar por meio dessa língua ou utilizar a mediação da comunicação por meio do intérprete de Língua de Sinais. Entretanto, no caso de contar com a presença do intérprete, faz-se mister que o ouvinte entenda que a função desse profissional é a mediação da comunicação, traduzindo a fala oral do ouvinte para a pessoa surda, por intermédio da Libras, e o discurso sinalizado para a língua oral. Assim, trata-se apenas de uma intermediação linguística, a fim de possibilitar a comunicação entre falantes de línguas distintas.

Ressalta-se que a função do intérprete deve estar muito esclarecida, a fim de não criar situações, como recorrentemente ocorre quando a

conversação do ouvinte com o surdo é mediada pelo intérprete, em que a pessoa ouvinte, em vez de conversar com o seu interlocutor, que seria a pessoa surda, passa a dialogar com o intérprete sobre ela, chegando a tecer questões como: “Pergunte para ela...”, quando o correto é tecer a pergunta diretamente para a pessoa surda e o intérprete a traduz para ela. Também se alerta para o fato de que a pessoa ouvinte deve manter o olhar para a pessoa surda enquanto se comunica com ela, contando com a mediação do intérprete; isso porque é com ela que está conversando e, diante do fato de ser ouvinte, consegue ouvir a tradução da sinalização do surdo sem precisar olhar para o esse profissional.

Diante de situações em que o ouvinte não sabe Libras e também não existe a possibilidade de contar com a presença de um intérprete de Língua de Sinais, uma opção é utilizar o português escrito. Em geral, o próprio surdo, ao perceber a situação, sinaliza essa opção, e escreve uma mensagem no celular para seu interlocutor ouvinte, o qual deve responder utilizando o seu próprio aparelho e mostrar a resposta para a pessoa surda. Ainda, outra opção no lugar de escrever a resposta às questões do surdo, esse pode fazer uso de um programa de transcrição instantânea do português oral para o escrito, mostrando o texto produzido por esse aplicativo para o sujeito surdo, com a resposta oral.

O importante é que, diante de qualquer ocasião em que encontrar uma pessoa surda, a ouvinte busque identificar o seu perfil e iniciar a conversação com as estratégias sugeridas no decorrer deste texto. Obviamente, em algumas situações podem ocorrer dificuldades mútuas de entendimento, mas que, com empatia, podem aprender juntos a adaptarem o processo comunicativo, sem ser necessário qualquer tipo de constrangimento, perseverando-se a busca da plena compreensão entre ambos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do texto, apontou-se primeiramente para a urgência em desconstruir uma visão essencialista de que todos os sujeitos surdos são iguais, o que retrata uma perspectiva de buscar inviabilizá-los, negando suas singularidades, certamente em função de utilizarem-se lentes capacitistas pela qual todos são perspectivados como deficientes. Assim, urge desconstruir a invenção da normalidade, a qual está intrinsecamente ligada ao capacitismo, de maneira que:

Ele parte da premissa da capacidade, da sujeição dos corpos deficientes em razão dos sem deficiência. Acredita que a corporalidade tange à normalidade, a métrica, ... nega a pluralidade de gestos, sufoca o desejo, mata a vontade e retira, assim a autonomia dos sujeitos lidos como deficientes (MARCO, 2020, p. 18).

A partir da desconstrução dos preconceitos que ainda perpetuam em relação aos sujeitos surdos e à Língua de Sinais, os ouvintes estarão mais habilitados a se comunicarem com pessoas surdas ao vislumbrarem que existem diferentes perfis de sujeitos surdos, tanto em relação à possibilidade de serem usuários somente da modalidade visual-espacial, ou dessa e da oral, ou somente da última, assim como poderem apresentar diferentes domínios da língua portuguesa na modalidade oral e escrita. Assim, à medida que conseguirem identificar o perfil desses sujeitos, podem adaptar a melhor estratégia de comunicação. Entretanto, vale ressaltar que, independentemente do perfil, uma característica basilar dos surdos que sempre deve ser respeitada é o fato de serem sujeitos visuais; logo, todo o contato com eles deve ser frontal.

## REFERÊNCIAS

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. A interface da Língua de Sinais e a pessoa surda. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 10, p. 1-15, 2025.

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Educação de surdos e preconceito: bilinguismo na vitrine

e bimodalismo precário no estoque. **Tese de Doutorado**. UFPR, 2011, 255 f.

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 42 set./dez. 2009, p. 565-606.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 5.296, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 8 jul. 2024.

CORRÊA, Jordelina Montalvão. **Surdez e os fatores que compõem o método áudio + linguagem oral para crianças com perda auditiva**. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2012.

FERNANDES, Sueli. Letramento bilíngue e ensino de português para surdos. *In*: FERNANDES, Sueli; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo (org.). **Português escrito para surdos: princípios e reflexões para o ensino**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2024. p. 45-76.

MARCO, Victor Di. **Capacitismo: o mito da capacidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

QUADROS, Ronice Muller de. Políticas linguísticas e a Libras. *In*: MOURA, Cecília; BEGROW, Desirée De Vit. **Libras e surdos: políticas, linguagem e inclusão**. São Paulo: Contexto, 2024. p. 13-26.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução: Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

QUADROS, Ronice Müller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez**. 4. ed. Curitiba: Mãos Sinais, 2011. v. 1.